CPI dos Respiradores

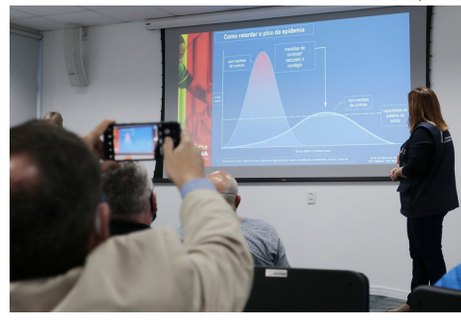
O Advogado Leandro Adriano de Barros, apontado como elo de ligação com empresários envolvidos nas compras da Secretaria da Saúde por dispensa de licitação para combate a covid-19, depôs no primeiro dia de oitivas da CPI dos Respiradores da Alesc. O advogado está ligado formalmente a pelo menos fornecedores, um deles é o Hospital Mahatma Gandhi, que não chegou a assumir o hospital de campanha em Itajaí, e a Veigamed, empresa que vendeu os 200 respiradores ao Estado em um processo pra lá de suspeito. Leandro disse que foi procurado para auxiliar o governo nas compras pelo agora ex-secretário Douglas Borba. Segundo ele, por ter experiência na área da Saúde poderia ajudar a Secretaria a não errar: "Muita gente quis vender algo que não se tinha", disse, justificando sua participação. Ele negou ligação direta com a Veigamed, mas confirmou que foi procurado para representar a empresa já após o pagamento dos R$ 33 milhões. Barros ainda apontou que também então secretário da Saúde Helton Zeferino tentou pressionar pagamento antecipado na compra de EPIs, de uma empresa inidônea do qual ele disse ter reprovado. "Alertei o Douglas sobre o pagamento antecipado e disse que ele iria comprometer o governador". A CPI está só no começo e a promessa é de que muita água ainda vai passar por baixo dessa ponte.

Deputado João Amin (PP) questionou e recebeu afirmativa de que haveria um gabinete especializado em produzir fakenews no governo de

TRANSPORTE

O transporte público ainda não está liberado em Santa Catarina. Em reunião na manhã de ontem o secretário de Infraestrutura e Mobilidade, Thiago Vieira, apresentou as orientações sanitárias foram apresentadas e deliberadas com os representantes do setor, que solicitaram alguns ajustes.

Cristiano Estrela/Secom



▶POMBINHOS, RATOS E MOSQUITOS **Deputado Kennedy Nunes (PSD) usou espaço no plenário para questionar a contratação de uma empresa no Porto de São Francisco do Sul, contratada por R$ 590 mil para trabalhar 12 meses, para "matar pombinhos, ratos e mosquitos". Segundo o parlamentar, a dispensa de licitação contratou o serviço por R$ 2 milhões, quando deveria custar R$ 590 mil, conforme contratos anteriores para o mesmo serviço.**

▶PENSÃO Pais em débito com os filhos em processos de execução de alimentos terão valores descontados no auxílio emergencial que porventura venham a receber do Governo Federal. Essa tem sido uma decisão recorrente de juízes de varas de Família de Joinville, Criciúma e Florianópolis, a pedido da Defensoria Pública de Santa Catarina (DPE-SC).

▶CADÁVER O Ministério Público da Capital vai investigar possíveis irregularidades no procedimento realizado pelo Instituto Geral de Perícias de Santa Catarina (IGP) referente à locação de nove contêiners para o acondicionamento de corpos em decorrência da pandemia. Segundo a Notícia de Fato, haveria conflito de finalidades com a suposta sub-contratação do serviço, já que esse é um dos papéis do próprio IGP.

▶HOSPITAL DE CAMPANHA O Deputado Federal Daniel Freitas esteve reunido com o Ministro da defesa, General Fernando Azevedo e Silva para tratar da instalação de um hospital de campanha em Florianópolis. A solicitação é do vereador Pedro Silvestre, o Pedrão (PP), de Florianópolis, que participou da reunião de forma virtual, A Base da Força Aérea possui um hangar que poderia abrigar leitos de UTI para pacientes que estejam sendo tratados do COVID-19.

R$ 9,80 Esse é o retorno de cada real investido na indústia. A informação é do o secretário de produtos do Ministério da Defesa, Marcos Degaut, que participou de uma live promovida pelo Comitê da Indústria de Defesa (Comdefesa), da FIESC.

CORONAVÍRUS. ACESSE ALESC.SC.GOV.BR E CONHEÇA AS MEDIDAS ADOTADAS.
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Integração Editorial
Associação de Diários do Interior SANTA CATARINA
SC Portais O INTERIOR AO ALCANCE DE UM CLICK
Jornalistas
Coordenação: Andréa Leonora (peloestado@gmail.com)
Conteúdo e redes sociais: Fábio Bispo e Eliane Ramos